

Independência no papel: a imprensa periódica¹.

Marco Morel

(Departamento de História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Resumo: Balanço crítico sobre a historiografia da imprensa periódica em relação à Independência do Brasil, acompanhado das discussões da época em torno das “teorias da independência” presentes nos periódicos, com ênfase para as idéias dos abades Raynal e de Pradt e suas repercussões nos jornais, considerados aqui como agentes históricos.

Palavras-chave: Independência do Brasil, História da Imprensa, Brasil Império, Historiografia.

Ao tratar da independência do Brasil e da imprensa periódica, não realizo inventário dos acontecimentos, veículos, interpretações ou da historiografia sobre o tema. Após apontar inicialmente, em linhas gerais, uma perspectiva de abordagem desta imprensa, procuro chamar atenção para o surgimento de teorias da independência nos anos que antecederam a separação e cito exemplos de sua repercussão na imprensa periódica para, em seguida, fazer uma leitura crítica e indicativa das tendências historiográficas sobre o assunto. O estudo da independência brasileira no papel impresso ainda possui dimensões pouco exploradas e desafios.

Para melhor dimensionar o estudo histórico da imprensa na primeira metade do século XIX é instigante compreendê-la como um dos mecanismos de participação política, com sua própria especificidade e ritmos, mas interligada a outros destes mecanismos que transcendiam a palavra impressa, como: pertencimento às sociabilidades

¹ Texto originalmente publicado em István Jancsó (org.), *Independência: história e historiografia*, São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2005.

(institucionalizadas ou não), lutas eleitorais e parlamentares, exercício da coerção governamental, movimentações nas ruas, mobilização de expressivos contingentes da população, recursos à luta armada (através de motins, rebeliões, etc.) e, sobretudo, formas de transmissão oral e manuscrita tão marcantes nas sociedades daquela época. A compreensão da imprensa do início dos oitocentos sob essa ótica indica, portanto, um circuito no qual a palavra impressa estava inserida e não uma espécie de papel sagrado ou exclusivamente “elitista”, já que seus conteúdos podiam relacionar-se de forma dinâmica com a sociedade, apesar dos diferentes públicos a que cada periódico podia pretender alcançar, o que se verifica por certa variedade de linguagem, estilo e preço. A fronteira entre manifestações letradas e orais pode, em alguns casos, ser relativizada².

Além desta dimensão de prática política, isto é, de considerar a imprensa como um complexo agente histórico, ela pode também ser lida como fonte documental ou texto de época, em diferentes perspectivas, ganhando uma dimensão que não raro é atribuída apenas aos livros: portadora de conteúdos que formulem, de maneira mais consistente, idéias, tendências e projetos. Ou seja: não só no caso mais conhecido dos folhetins em relação à ficção literária, por exemplo, quando os romances apareceriam em folhas periódicas, mas também no campo do pensamento político e, igualmente, para elaboração de uma história nacional, os conteúdos de jornais periódicos do século XIX ainda estão por ser incorporados de maneira mais efetiva aos recentes estudos históricos no Brasil.

Por outro lado, sabe-se que a circulação de periódicos que fossem impressos nas terras brasileiras era uma novidade que surgira em 1808, com restrições, e só conheceria um certo aumento quantitativo em 1821. A discussão sobre a possibilidade de separação da

² Estas questões estão tratadas em M. Morel & M. M. de Barros, *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

América portuguesa do Reino de Portugal ocorre ainda na década de 1810, inclusive, na imprensa periódica redigida em português que circulava no território brasileiro. Embora já se disseminasse em palavras, projetos, atitudes e leituras pelo menos desde fins do século XVIII, tal debate desponta de maneira explícita na cena pública (que se conformava, também, através do espaço impresso) em 1817, quando se mostra mais aguda a crise do império português, com destaque para a eclosão da República em Pernambuco e capitanias limítrofes, através de rebelião, bem como da conspiração descoberta em Portugal no mesmo ano³.

A questão tornara-se ao mesmo tempo temida, contida e incontornável para a Coroa portuguesa e seus súditos, naquele momento de guerras na América espanhola, após as independências dos Estados Unidos (1776) e do Haiti (1804) e das conseqüências culturais, políticas e economias da Revolução Francesa, com a ocupação da Península Ibérica em 1807.

– As teorias da independência –

O debate sobre a possibilidade de separação dos territórios portugueses e espanhóis nos dois hemisférios, crucial para os destinos das sociedades íbero-americanas, era tratado também em livros que obtiveram repercussão entre o público leitor das Américas nas duas primeiras décadas dos oitocentos, gerando o que se poderia chamar de teorias da independência. Ou seja, reflexões, análises e doutrinas que destacavam os limites e possibilidades dos antagonismos entre territórios europeus e americanos diante da crise dos

³ Sobre o debate político em Pernambuco v. M. Berbel, *Pátria e patriotas em Pernambuco (1817 – 1822): nação, identidade e vocabulário político*, in I. Jancsó (org.), *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo / Ijuí: Fapesp / Hucitec / Unijuí, 2003, pp. 345 – 364. D. A M. Bernardes, *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820 – 1822*. Tese de Doutorado em História. FFLCH / USP, São Paulo, 2001.

impérios em questão, definido-se então as categorias de metrópole e colônia no seu sentido mais moderno, isto é, como intrinsecamente contraditórias.

Neste ponto ganham destaque dois autores que aparecem dentre os principais criadores e difusores de tais postulados: os abades franceses Raynal e De Pradt. Não se trata, pois, de encarar estes dois autores (tomados aqui como exemplos significativos) como precursores de algo que estaria predeterminado, nem como doutrinadores de propostas de independência sem chão histórico, mas sim situá-los (ainda que rapidamente) em seus contextos intelectuais e políticos, inclusive com os cenários e projeções que traçavam para as sociedades ibero-americanas.

A monumental *Histoire philosophique et politique des Etablissements et du Commerce des Européens dans les deux Indes* (1770), de Guillaume-Thomas Raynal (1713 – 1796), trazia críticas não só às monarquias absolutistas, mas sobretudo às violências da expansão européia nas duas Índias, isto é, à ocidente e à oriente da Europa. Este livro foi importante porque instaurou um dos pontos de partida do que viria a se chamar a “questão colonial”, abordando as relações entre “metrópoles” ou reinos da Europa e as “colônias” ou territórios de além-mar. O autor tinha como princípio central a certeza de que os dois hemisférios romperiam seus laços de maneira irrevogável (Livro IX). Ele apoiava a independência das Américas, inspirado pelo exemplo da independência das colônias inglesas na América do Norte.

Defensor da noção de Soberania dos Povos dos Novos Mundos (o que não era novidade na Igreja do século XVIII), o abade Raynal condenava a escravidão, considerada regime “bárbaro” de trabalho. É verdade que condenava tanto o cativo dos africanos quanto dos índios. Mas parecia particularmente entusiasmado pelo papel libertador e até messiânico que os *Nègres* poderiam representar para a História (Livro IX). E ao mesmo

tempo mostrava um toque de decepção frente ao comportamento dos índios, colocados por ele numa escala inferior do “progresso humano” (Livro X). Esta espécie de “preferência” por índios ou negros, alternadamente, como potencialmente libertadores uns e menos capazes outros, encontra-se em diversos autores dos séculos XIX e XX.

O Brasil, isto é, a América portuguesa, foi tema das reflexões do abade Raynal, no Livro IX. O autor pede o fim da Inquisição e do monopólio comercial português. E afirma energicamente que os problemas desta “América Meridional” se deviam na maior parte à “má colonização” dos portugueses, chegando a qualificar estes de “raça degenerada”. O desprezo em relação aos portugueses será reassumido de maneira recorrente nas manifestações anti-lusitanas após a independência brasileira⁴. Ao mesmo tempo, Raynal antevia que a formação, pela Coroa lusitana, de quadros administrativos e intelectuais entre as elites nascidas na América portuguesa traria profundas alterações nas relações entre as sociedades portuguesas dos dois Hemisférios. O abade Raynal foi também, como se sabe, um dos inspiradores da Revolução Francesa, aclamado como um de seus mentores intelectuais, embora sua atitude, depois de 1791, foi de criticar os “excessos” da Assembléia Nacional, vendo aí o risco de um novo despotismo⁵.

O abade Dominique-Georges-Frédéric De Pradt (1759 – 1837), de geração posterior à de Raynal, é considerado um dos críticos das proposições deste, sempre tratando do

⁴ Para uma discussão inicial sobre as independências e o caso do Brasil na obra de Raynal, ver os prefácios de L. Figueiredo e O. Munteal, e o de B. Cavalcante, respectivamente, às edições em português de *A Revolução na América*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993 e *O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil*, Rio de Janeiro / Brasília: Arquivo Nacional/UNB, 1998, que são dois dentre os volumes da *Histoire Philosophique...*, traduzidos e comentados.

⁵ Para biografia e análise da obra e das repercussões dos postulados de Raynal: comentários críticos de Y. Benot à reedição de Raynal *Histoire Philosophique et politique des établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes* {1781}, Paris, 1981; W. R. Womack *Eighteenth-century themes in Histoire philosophique et politique de deux Indes of Guillaume Raynal*, Banbury, 1972 e O. Garcia Regueiro. Ilustración e intereses estamentales: la version castellana de la Historia de Raynal, in *Homenaje a Nol Salomon*, Barcelona, 1979.

mesmo assunto, isto é, a teorias da independência para o Novo Mundo. Os livros do abade de Pradt eram praticamente obrigatórios nas bibliotecas dos homens de letras e da política das três primeiras décadas dos oitocentos no Brasil⁶. Nos catálogos da Livraria Plancher do Rio de Janeiro em 1827 encontravam-se à venda dois títulos escritos pelo abade De Pradt: *La France, l'émigration et les colons* e *L'Europe et l'Amérique en 1822 et 1823*, ambos de 1824, este último vendido a 6 mil réis⁷. Pradt era considerado ao mesmo tempo como discípulo e demolidor de Raynal: podemos dizer que este era um dos filósofos iluministas do século XVIII, enquanto aquele estava mais em sintonia com os liberalismos do século XIX. Sobretudo porque um formulou suas idéias antes da Revolução Francesa e o outro, depois.

Com sua teoria das “três idades das colônias”, o abade de Pradt pregava a emancipação preparada em comum acordo entre os reinos europeus e seus territórios de outros continentes, proposição estampada num livro que começou a ser redigido em 1787 (mas publicado entre 1801 e 1802), *Les Trois Ages des Colonies ou de leur état passé, présent et à venir*. Utilizando-se de uma metáfora biológica para entender relações históricas, o autor afirmava que as colônias, num processo de desenvolvimento semelhante ao dos seres humanos, teriam seu nascimento vinculado às mães-pátrias, em seguida começariam a amadurecer e, naturalmente, separariam-se dos pais: deveriam, portanto, obter autonomia de forma negociada. Em outros termos: até ali havia ocorrido a independência dos Estados Unidos (república federalista e escravista), a Revolução Francesa com a valorização da soberania nacional e, ainda, a ordem colonial desagregava-

⁶ Para a América espanhola, v. M. Aguirre Elorriaga. *El Abate de Pradt en la emancipacion hispanoamericana, (1800-1830)*, Caracas: Universidad Catolica Andres Bello, Instituto de Investigaciones Historicas, 1983

⁷ A visão destes dois livros sobre a independência do Brasil foi atacada por José da Silva Lisboa. *Contestação da historia e censura de Mr. de Pradt sobre successos do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia. Nacional, 1825.

se de modo violento na colônia francesa de São Domingos. A questão levantada pelo autor era sobre a possibilidade de ocorrerem outros modelos de independências, já que estas lhe pareciam inevitáveis.

Pradt reprovava o abade Raynal por ter favorecido os “excessos” da violência revolucionária, sobretudo no caso da revolução dos escravos em São Domingos, devido à condenação da escravidão e da valorização da resistência dos africanos. O exemplo, ou melhor, o contra-exemplo dos escravos de São Domingos era uma obsessão nos escritos de Pradt - o que constitui outro ponto em comum com os grupos letrados brasileiros.

Em seus livros posteriores o abade de Pradt (que chegou a ser arcebispo de Malines e capelão de Napoleão Bonaparte) buscava atualizar historicamente o desenrolar das independências americanas, acompanhando o desenvolver de suas projeções. Tratava, claro, da chamada questão colonial que só começou a ser elaborada após a independência da América do Norte. E a polêmica Pradt e Raynal, no fundo, delineava como que dois modelos de independência: um valorizando a noção de soberania popular, prevendo a ruptura dos laços com as metrópoles e chegando até a abolição da escravidão e outro trilhando a via de reformas graduais sem maiores rupturas da ordem política e social.

No livro sobre a Europa e a América em 1822 e 1823, Pradt abordava uma das últimas novidades do momento, a independência brasileira. A singularidade do que ele chamava de “revolução” no Brasil não escapava à sua observação: ele a via como provocada pela chegada da Corte portuguesa em 1808 e concluída pela volta do rei a Portugal em 1821. A questão, para ele, apresentava-se de início como uma espécie de disputa entre dois Reinos portugueses, o ibérico e o americano, para saber qual dos dois de fato era a metrópole. A independência do Brasil, ainda segundo De Pradt, era consequência necessária do jogo geopolítico, porque o movimento das independências da América

espanhola influenciou também o Brasil. A independência do Brasil ocorrida logo após o retorno do rei para Portugal era, além do mais, um triunfo teórico do abade de Pradt, que desde 1808 traçara um cenário bem semelhante para a América portuguesa.

Havia também a relação entre o fim da dominação colonial e término da escravidão. Por um lado, De Pradt apontava um caráter quase natural à escravidão, como no trecho a seguir, escrito 13 anos depois da independência do Haiti:

“O trabalho dos Negros é, pois, indispensável às colônias, ele é o ser necessário destas paragens. Desde que havia colônias, foi preciso escolher entre duas coisas, os Negros ou seu abandono. Não se pode imaginar São Domingos sem Negros, do mesmo modo que Beance ou Brie {regiões da França} sem carroças.”⁸

Colocava, deste modo, uma visão *coisificada* da escravidão e do escravo, comparado aos tradicionais e habituais utensílios de trabalho, além de justificar sua existência pela prosperidade econômica das colônias. Por outro lado, é instigante perceber como essa visão “naturalizada” tinha, para o mesmo autor, outros desdobramentos, que justamente contrariavam os interesses mais conservadores dos proprietários e traficantes de escravos daquele momento:

“A libertação existe, pois, em germe na escravidão, como a independência na colonização. Reúnam escravos em número infinitamente superior a seus senhores e vocês os terão livres; do mesmo modo, fazendo grandes colônias, vocês fazem os independentes.”⁹

Ou seja, haveria como que uma superação natural, gerada pela evolução irreversível do processo histórico e embasada num certo determinismo demográfico, compreendendo

⁸ Abbé De Pradt. *Des colonies et de la revolution actuelle de l'Amérique*, Paris: Bechet / Agron, 1817, v. I, p. 259 – 260. Os trechos do abade de Pradt foram livremente traduzidos do original em francês.

⁹ Idem, *ibidem*.

assim a escravidão e a dominação colonial como intrinsecamente ligadas e, ao mesmo tempo, portadoras de suas próprias contradições: na medida em que se desenvolviam e se ampliavam, geravam sua própria destruição. Tal postulação de tipo evolucionista apresentada por De Pradt (autor, como foi dito, da metáfora biológica das três idades das colônias) seria retomada e redirecionada pelo pensamento marxista no século XIX, como é sabido. E a ligação com poucas mediações entre fim do escravismo e do domínio colonial coloca-se como consequência teórica do impacto causado pela Revolução do Haiti.

De Pradt parecia crer que, no Brasil (ou em alguma parte dele), haveria condições mais propícias para o possível surgimento de um “novo Haiti”: reforçando a visão providencialista e progressista (no sentido de um progresso inelutável) do fim da dominação colonial e da escravidão nas Américas, havia de específico no Brasil a extensão territorial difícil de ser inteiramente controlada, a riqueza produzida durante a colonização e o grande número de escravos. Eram temas tratados em livros.

- O debate impresso -

Não é difícil, entretanto, estabelecer relação dos livros com jornais periódicos. Estes (também vendidos nas livrarias) custavam em geral entre 40 e 80 réis o exemplar, de acordo com o número de páginas - o que os tornava mais acessíveis que os livros. Isto é, um exemplar de jornal custava o equivalente a cerca de um centésimo do preço de um livro do abade De Pradt, por exemplo. E era comum, na época, impressos periódicos transcreverem (e traduzirem, quando era o caso) longos trechos de livros, tornando-se assim veículos de disseminação. O jornal realizava divulgação (e reinterpretação também) dos livros. Ou seja, mesmo quem não tinha acesso a tais livros poderia eventualmente lê-los em extratos na imprensa, como veremos a seguir. Além desta veiculação de livros, a imprensa

periódica constituía-se, com freqüência no século XIX, em substituta do livro, às vezes mais viável justamente pelo barateamento do custo de impressão e de venda.

Que repercussões teriam tais postulados como os do abade De Pradt entre o público letrado do mundo luso-brasileiro? As leituras e interpretações poderiam ser polissêmicas, de acordo com cada personagem ou momento. Não havia, necessariamente, um caminho de tipo linear e evolutivo, que vinculava as *luzes* das *novas idéias* européias ao estímulo das independências. Primeiro, porque essas duas expressões, *luzes* e *novas idéias*, são em geral utilizadas de maneira imprecisa e abrigam, em seu bojo, autores, postulados, tendências e idéias bastante diferenciadas entre si, desde as várias vertentes da Ilustração setecentista, passando pelas diferentes fases e modelos da Revolução Francesa e pelos liberalismos das primeiras décadas dos oitocentos. Segundo, mesmo se aceitássemos uma coesão monolítica de tais referências, para que tal linha seguisse seu curso, seria preciso que os grupos políticos e letrados do mundo americano fossem também homogêneos e coerentes entre si e que recebessem tais postulados de maneira uniforme, transformando de modo mais ou menos repentino a percepção da realidade em que viviam e passando à disposição de agir para transformá-la – o que nos parece uma supervalorização do desempenho que a leitura pode ter sobre os agentes históricos. Haveria, pois, esta relação unívoca e quase imediata (isto é, sem mediações) entre *luzes*, elites nativas e independência?

Parece-nos instigante tratar aqui como estudo de caso, no âmbito dos debates sobre projetos e rumos do império português após 1808, da crítica detalhada que o redator do *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa, fez às idéias e análises do abade De Pradt, em 1817. Estava em questão a possível independência do Brasil e é interessante assinalarmos que os termos desta polêmica serão retomados pela historiografia, para a definição cronológica e política da caracterização da independência do Brasil.

A tomada de posição do *Correio Braziliense* ocorre a partir da publicação do livro sobre os recentes acontecimentos na América do Sul¹⁰. Retomando suas idéias básicas já expressas em livros anteriores, o autor tratava de aplicá-las àquela análise conjuntural. Hipólito transcreve, em português, longos extratos desta obra (no que viria a ser a primeira e, até hoje, uma das raras traduções em português de textos do abade De Pradt) para, em seguida, discuti-los¹¹.

A primeira proposição do abade De Pradt refere-se a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Destacamos o seguinte trecho:

Formaram-se immediatamente duas novas combinaçoens entre Portugal, reduzido agora a colônia, e o Brazil vindo a ser metropole; entre o Brazil aspirando a conservar o Rey, e Portugal de sua parte aspirando a recuperá-lo: entre o Brazil vivificado e enriquecido pela presença do Soberano e Portugal humilhado e empobrecido pela sua auzencia, e affligido pela distancia.

A colocação, clara e direta, destaca a alteração de posições entre estas duas partes do território português, a ibérica e a americana, após 1808. Hipólito da Costa considera tais formulações como *idéas erradas e fructos de sua*{do autor francês} *imaginação*. E o redator do *Correio* contra-argumenta:

A differença, logo, que se deve notar nas relaçoens entre o Brasil e Portugal, não provém do lugar em que reside a Côrte, mas das relaçoens commerciaes entre os dous paizes, as quaes foram alteradas, mas em consequência de haverem os Francezes occupado Portugal, o que fez ser de absoluta necessidade a abertura dos portos do Brazil ao commercio dos Estrangeiros.

Ou seja, para este redator, a inferioridade de Portugal passa a existir, mas não em decorrência da transferência da Corte e da administração portuguesa para o Rio de Janeiro e, sim, devido ao novo padrão de relacionamento comercial com a Inglaterra, definido pelo

¹⁰ D.G.F. de Pradt. *Des trois derniers mois de l'Amérique méridionale et du Brésil. suivis des personnalités et inciviles de la quotidienne*, Paris: F Bechet, 1817. Livro que teve uma segunda edição com alterações: *Les six derniers mois de l'Amérique et du Brésil faisant suite aux ouvrages du même auteur sur les colonies*, Paris: F. Béchét; [etc., etc.], 1818

¹¹ *Correio Braziliense ou Armazém Litterario*, Londres: L. Thompson, XIX: julho – dezembro de 1817, pp. 270 – 287 (edição fac-similar, org. Alberto Dines, Brasília /São Paulo: Correio Braziliense / Imprensa Oficial, 2002). Nas citações a seguir manteremos a tradução publicada por Hipólito da Costa.

Tratado de 1810. E desenvolve o argumento afirmando que, se a Corte portuguesa tivesse se mudado para Coimbra, Porto, Madeira ou Açores, nem por isso se poderia dizer que Portugal seria colônia de tais cidades. Hipólito especificava o que entendia por cidade, reino e nação que, em sua visão, compunham uma hierarquia: a cidade pertencia ao Reino e, este, integrava a nação. Lisboa ao Reino de Portugal, Rio de Janeiro ao Reino do Brasil e, ambos, à nação portuguesa e sua monarquia. Isto é, enquanto o redator luso-brasileiro defendia o sistema político vigente, apontando a necessidade de reformas, o abade francês apontava a falência do que considerava como sistema colonial. Ambos, de qualquer modo, reconheciam a crise, mas com soluções diferentes para ela.

O abade De Pradt, em outro trecho, levava mais longe a aplicação de sua teoria da independência:

El Rey não póde conservar seu domínio em Portugal, e no Brazil; e que deve escolher ou ser Rey de Portugal, e abandonar o Brazil; ou ser Rey do Brazil e abandonar Portugal.

Em outras palavras: para o pensador francês, o processo de independência do Brasil começara em 1808. O redator do *Correio Braziliense* volta à carga, afirmando que o autor *leva esta doutrina tam longe*, mas que se trata de *outra falsa proposição*, atribuindo-a ao orgulho e preconceitos europeus contra a América, pois, segundo o mesmo redator, não haveria inconveniente de uma monarquia européia ter sua sede em território americano – o que definiria a hierarquia entre as partes seriam os acordos comerciais e as prerrogativas políticas. Linha argumentativa idêntica à defendida por d. Rodrigo de Sousa Coutinho,

desde fins do século XVIII: a americanização de Portugal, que historiadores chamariam de projeto luso-brasileiro¹².

A saída deste impasse, para De Pradt, seria que d. João VI assumisse a seguinte posição:

Fazer-se plenamente Brasileiro; deixar de olhar da América para Portugal com olhos saudosos, ou de avançar e retrogradar, para o caminho antigo.

Hipólito da Costa novamente contesta-o, afirmando que o rei não precisaria abandonar Portugal para tornar-se “brasileiro” e fazer do Reino do Brasil o centro de uma nação com territórios que se estendessem por vários pontos do planeta. Haveria, para Hipólito, vantagens recíprocas entre os dois reinos portugueses (o europeu e o americano) em manter esta união.

A polêmica é longa e repleta de nuances e também de convergências entre os dois personagens – fugiria aos objetivos deste trabalho alongar-se nela. Entretanto, vale ainda assinalar, em termos de síntese, outros pontos importantes. O abade De Pradt defendia que o Rei de Portugal, transformando-se em Rei do Brasil somente, deveria apoiar a Revolução Americana, isto é, as independências da América espanhola, desvinculando-se, assim, de seu território e compromissos europeus e eliminando um fator de risco que parecia ao abade possível de ocorrer: o ataque da Espanha e das potências européias ao território de Portugal ibérico. E citava como exemplos: a rebelião nas províncias do Norte brasileiro naquele ano de 1817, além da conspiração abortada em Lisboa, como indicadores do perigo de desagregação do império português. Para De Pradt, enfim, se o monarca lusitano adotasse tais medidas, se posicionaria *no meio de um mundo absolutamente novo*.

¹² Para situar este projeto v. M. L. V. Lyra, *A utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798 - 1822*, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. Consultar também J. S da Silva Dias, *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. I, t. 2, 2a. ed., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, sobretudo o cap. IX. Ver também os trabalhos anteriores: K. Maxwell, *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750 - 1808*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; M. B. N. da Silva (coord.), *O império luso-brasileiro 1750 - 1822*, Lisboa: Estampa, 1986.

O redator do *Correio Braziliense* novamente contesta o pensador francês, afirmando que o Brasil, com a vinda da Corte e sua elevação a Reino, já se tornara *um Governo Independente*, não precisando, para isso, separar-se de Portugal. Ou seja, entende-se aqui independência não como separação definitiva ou ruptura de laços, mas como autonomia entre os reinos portugueses, com ênfase para o Reino do Brasil como centro desta monarquia abrangendo vários continentes.

No mesmo jornal vêm citados outros debates, ocorridos na Inglaterra, através da imprensa e do Parlamento, que apontavam para o mesmo cenário, isto é, a desagregação da nação portuguesa e a possível opção do monarca em ficar no Brasil, já que, mesmo após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte em 1815, a Corte lusa permanecia no Rio de Janeiro, sem previsão de retorno. Havia, pois, na década de 1810, um debate que ocupava, também, os papéis impressos, livros e jornais, sobre a possível separação do Brasil, ou de partes da América portuguesa, do Reino de Portugal. E as proposições de independência (no sentido de rompimento de laços), como as do abade De Pradt, eram não só bem conhecidas, mas formuladas e recebidas de maneiras diversas no mundo ibero-americano.

Em 1820 o redator do *Correio Braziliense* retomaria a crítica as idéias de De Pradt, conservando a mesma posição. O abade francês manteria a perspectiva de uma inevitável separação entre Brasil e Portugal e, no reforço deste argumento do que considerava como a crise irreversível dos impérios ibéricos, aproveitava-se do movimento liberal que eclodira na Espanha no início do ano para reiterar sua teoria da independência. Tratando especificamente de Portugal, De Pradt afirmava:

El Rey está ausente, e deixou de ser Portuguez para ser Brasileiro. Já não póde voltar á Europa, sob pena de perder o Brazil. Conseqüentemente Portugal está já

para sempre abandonado por seu Soberano; e, como tal, condenado a soffrer uma regencia eterna¹³.

Hipólito da Costa, em seus comentários, afirma que a independência do Brasil de Portugal era conversa de *políticos de botequim*. Mas em se tratando do abade De Pradt, faz ressalvas, arrolando-o entre os *homens de reputação cujo dictame he de considerável pezo no mundo político*. O redator do periódico passa então a refutar os argumentos citados acima e desenvolve o que chama de suas próprias hipóteses. E que poderiam ser sintetizadas nas palavras deste redator do seguinte modo:

A razão porque assim recomendamos a Política Americana, resida El Rey aonde residir, he porque julgamos que não se devem considerar Portugal e Brazil como dous Estados separados, mas como partes da mesma Monarchia; (...) ¹⁴.

Hoje sabemos que, dois anos depois desta afirmação, e bem a contragosto, Hipólito da Costa passaria a aceitar e até defender a separação entre Portugal e Brasil, fazendo sua opção por este, mas sem voltar a citar, em seu periódico, o nome do abade De Pradt. As projeções deste último sobre a separação entre Portugal e Brasil (concebidas pelo menos desde 1801 e acentuadas em 1808) acabaram concretizando-se, embora não acarretando a conseqüente abolição da escravidão.

É instigante, portanto, perceber a decalagem entre parcela dos homens de letras e da política “brasileiros” e este abade francês, durante duas décadas, sobre a independência do Brasil de Portugal: aqueles contrários e procurando evitá-la, este se mostrando favorável e com certeza inabalável de seu advento. A utilização dos postulados do abade De Pradt foi recorrente na imprensa no Brasil do período, ainda que contestada, ou então apontada como exemplo de um possível perigo.

¹³ Apud *Correio Braziliense ou Armazém Litterario*, Londres: R. Greenlaw, XIX: julho de 1820 , p. 71 (edição fac-similar, org. Alberto Dines, Brasília /São Paulo: Correio Braziliense / Imprensa Oficial, 2002).

¹⁴ Idem, p. 72.

O *Reverbero Constitucional Fluminense*, em janeiro de 1822, ainda mantinha a tradicional posição contra a separação com Portugal. Em seu próprio texto, o periódico afirmava:

(...) quando pelo sacrifício dos nossos bem limitados talentos procuramos o bem geral da Nação, declarando que elle só pode resultar da perfeita e bem consolidada reunião dos dous Hemispherios Portuguezes, em santa confraternidade, em reciprocidade de verdadeiros interesses, que não prejudiquem os Cidadãos de hum e de outro Mundo; (...) A liberdade que a Nação proclamou anima o amor da Pátria, o amor da Pátria não póde separar-se do amor da Nação, o que dizemos em favor do Brasil redundando em beneficio de Portugal;¹⁵.

Na passagem acima não há ambigüidade, mas uma defesa clara da união entre os reinos de Brasil e Portugal, permeada pelo temor de que tal ligação seja colocada em risco pela ausência de reciprocidade. Esta era a postura, naquele momento, de outros jornais do mundo luso-brasileiro, como o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Entretanto, uma semana depois, o *Reverbero Constitucional Fluminense* publica correspondência assinada com pseudônimo (“O Sacristão de Tambi ao Estudante Constitucional do Rio”) onde, a guisa de advertência e para mostrar que os receios de desunião não eram infundados, transcreve em português, sem referência de bibliografia, longa citação do *grande e Antigo Arcebispo de Malines* (isto é, o abade De Pradt). Eis um trecho:

O Rei abriu todos os Portos aos Pavilhões de todas as Nações, que deverá resultar? A independência absoluta deste paiz, a sua separação de Portugal pela impossibilidade de o fazerem retrogadar do Commercio de todo o mundo, para o tornar exclusivo de Portugal. Também se o Soberano estabelecido no Brasil reverter para a Europa, deixará apoz de si a independencia estabelecida nos Escriptorios do Rio de Janeiro¹⁶.

Ainda aqui De Pradt era tomado como exemplo de formulador da hipótese de que, com a vinda da Corte para o Brasil em 1808, estaria aberto um caminho irreversível que

¹⁵ *Reverbero Constitucional Fluminense*, 1/1/1822.

¹⁶ *Idem*, 8/1/1822.

desaguaria na independência, entendida como fim da união com Portugal. E mesmo em início de 1822 este jornal, redigido no Rio de Janeiro por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, ainda não assumia as projeções do abade De Pradt, mas diante do novo cenário que se desenhava, parecia apontar para o risco de que elas se efetivassem.

Para ficarmos em janeiro de 1822, vemos que a *Gazeta do Rio* parecia estar num tom mais alto que o *Reverbero* no tocante á mesma questão ao publicar texto com este teor:

Era impossível pois, Real Senhor, que os Brasileiros de hoje, herdeiros dos nobres sentimentos, e valor de seus antepassados, e ilustrados pelas luzes do século, não viessem possuídos do amor, gloria e cada vez mais inflamados no desejo de ver livre, independente o seu Paiz Natal; era impossível que, depois de tão lisongeiros esperanças de huma melhor sorte, elles não tremessem agora de horror, e indignação, prevendo desde já o medonho futuro, que os ameaça, se se realizarem os planos de escravidão que lhe preparão os Portuguezes da Europa¹⁷.

A linha política do *Reverbero* e da *Gazeta* (e também do *Correio Braziliense*) era afinada neste momento: defesa da união entre Brasil e Portugal; conceituar independência como instância de autonomia e de liberdade (constitucional e comercial), não de separação; e temor que a perda total ou parcial destas prerrogativas levasse à quebra dos laços. Entretanto, a linguagem deste texto publicado na *Gazeta* parece-nos mais contundente, que a do *Reverbero*. Numa leitura mais detalhada desta constelação de periódicos luso-brasileiros (que parte da historiografia apontará como precursora da independência brasileira) se depreende que a defesa e a pregação da independência (separação de Portugal) tardou a entrar no espaço impresso destes jornais. A independência custou não só a sair, mas a entrar no papel¹⁸.

- Tendências da historiografia -

¹⁷ *Gazeta do Rio*, Suplemento ao n.º 14, 31/1/1822.

¹⁸ Para a crítica historiográfica sobre a imprensa “precursora” da independência v. I. Jancsó e A. Slemian, Um caso de patriotismo imperial, em Alberto Dines (org.), *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*, vol. XXX, t. 1, Estudos. São Paulo / Brasília: Correio Braziliense / Imprensa Oficial do Estado de SP, 2002, pp. 616 – 624.

Nesta comparação entre o *Reverbero* e a *Gazeta*, portanto, discordamos da interpretação de Nelson Werneck Sodré que, em sua obra pioneira e esclarecedora, avaliava o primeiro como “órgão doutrinário da independência brasileira” contrapondo-o à segunda, vista como jornal oficial, insípido e sem atrativo¹⁹. Na verdade trata-se de uma questão cronológica, pois a partir das repercussões do movimento liberal do Porto no Brasil a *Gazeta do Rio de Janeiro* deixa de ser uma gazeta típica dos Antigos Regimes europeus e passa a exercer o debate político e público, dentro dos limites da época.

As interpretações, às vezes maniqueístas, vêm sendo desenvolvidas por historiadores desde o século XIX. John Armitage, em sua obra de 1836, deu o mote ao considerar a *Gazeta do Rio de Janeiro* da seguinte forma:

Por meio dela {da Imprensa Régia} só se informava com toda fidelidade ao público do estado de saúde de todos os príncipes da Europa, e de quando em quando as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícia dos dias natalícios, odes e panegíricos a respeito da família reinante; não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume²⁰.

Em contraste, estudos mais recentes têm demonstrado a riqueza de possibilidades de análises sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que se constitui num testemunho expressivo da época e, ao mesmo tempo, uma fonte documental complexa, por suas nuances, transcrições, informações, afirmações e omissões²¹.

A utilização ou referência à imprensa na independência do Brasil ocorre desde os primeiros trabalhos históricos sobre este tema. No século XIX quando predominavam

¹⁹ N. W. Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1978, pp. 62, 57 e 23.

²⁰ J. Armitage. *História do Brasil*, Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965 {1836}, p. 40.

²¹ J. P. G. Pimenta, *O Brasil e a América espanhola (1808 – 1822)*, Tese de Doutorado em História, FFLCH / USP, 2004; T. M. R. Fachada Levy Cardoso, *A Gazeta do Rio de Janeiro: Subsídios para a história da cidade, (1808 - 1821)*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 152, n. 371, abr./jun. 1991, pp. 341 – 436.

tendências identificadas como positivistas ou historicistas, a imprensa aparecia, em geral, como fonte importante na medida em que era vista como autêntica narradora dos “fatos” e da “verdade”. O visconde de Porto Seguro, por exemplo, ao encerrar sua *História Geral do Brasil* e anunciar a elaboração da *História da Independência*, faz questão de anunciar que considera como novidade neste trabalho a utilização das seguintes fontes documentais:

- 1 ° As coleções, mais ou menos completas, dos periódicos do tempo, e com especialidade o *Reverbero*, a *Malagueta*, o *Espelho* e o *Regenerador*.
- 2 ° Todas as publicações avulsas, não periódicas, do mesmo tempo, que são muitíssimas, e hoje raras de encontrar²².

Em seguida o autor enumera as demais fontes que utilizou, a saber, informações verbais e documentos oficiais, inclusive os diplomáticos. A imprensa aparece, portanto, em destaque como fonte na obra de Varnhagen. Mas de que maneira ele a utilizava? Como amostra, tomemos duas passagens. Numa delas o historiador escreve:

Na *Gazeta do Rio de Janeiro* do dia 9, foi publicado um artigo, narrando, com a maior reserva e mostras de respeito, todos os sucessos do dia 5, acompanhando os decretos de criação da Junta, nomes dos seus membros e dos novos ministros (...)²³.

E na outra:

Em prova do quanto dizemos, poderíamos transcrever protestos de muitos políticos, distintos brasileiros; mas contentar-nos-emos só em transcrever as seguintes linhas, dirigidas às Cortes de Lisboa, com que Ledo e Januário concluíam o artigo de fundo do segundo número do *Reverbero* (...)²⁴.

Ou seja, tanto num caso quanto noutro, com dois diferentes jornais, utilizava-se a imprensa como fonte documental fidedigna que permitiria restabelecer empiricamente a verdade dos fatos e dos enunciados. Os periódicos não eram tomados como objetos de estudo, nem como agentes históricos, mas como registro que permitiria comprovar aquilo que realmente se disse ou se passou, dentro, portanto, da ótica historicista. Do mesmo

²² F. A. de Varnhagen *História Geral do Brasil*, t. 5, 9ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1978 {1857}, p. 235.

²³ F. A. de Varnhagen, *História da Independência do Brasil*, São Paulo: Melhoramentos, 1978, p. 82.

²⁴ Idem, p. 87.

modo agiam outros autores dos oitocentos, como João Manuel Pereira da Silva, que tomava a imprensa periódica como uma das fontes documentais para suas obras, considerando-a como esclarecedora da verdade histórica²⁵. No caso de Varnhagem, nota-se uma variante: ele abordava os folhetos avulsos, manifestos e panfletos da época da independência na perspectiva de compreender as posições e discursos políticos, não como esclarecedores de fatos²⁶.

Vale destacar alguns trabalhos pioneiros, embora limitados, que tomaram a imprensa como objeto de estudos no século XIX, em geral restringindo-se a relacionar títulos, redatores e datas, mas avançando em algumas contextualizações, como os do cônego Fernandes Pinheiro, Mello de Moraes e Moreira de Azevedo. Estes três autores realizaram, na verdade, inventários: mais rudimentar o primeiro, mais recheado de dados os demais, mas incompletos e com informações imprecisas²⁷. E, além de esboçar listas, delinearam traços interpretativos, buscando apontar algumas características e posições daqueles veículos impressos. Cabe ainda destacar nesta época e tendência o manuscrito “Relação dos Jornais Brasileiros publicados de 1808 até 1889”, de Rafael Arcano Galvão, considerado “utilíssimo” por Helio Vianna²⁸. Sem esquecer o levantamento dos títulos da Imprensa Régia até 1822 realizado por Vale Cabral²⁹.

²⁵ J. M. Pereira da Silva, *História do Brasil durante a menoridade de D. Pedro II (1831 a 1840)*, 2ª. ed., Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878.

²⁶ F. A. de Varnhagen, *História da Independência...* cit., pp. 104 – 106.

²⁷ J. C. Fernandes Pinheiro, A Imprensa no Brasil, *Revista Popular*, Rio de Janeiro, 20/11/1859; A J. de Mello Moraes, Jornais que se tem publicado no Brasil desde o dia 10 de setembro de 1808 até 20 de outubro de 1862, *Corografia Histórica, Cronográfica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, t. I, 2ª. parte, 1863, p. 123. Moreira de Azevedo, Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. XXVIII, p. II, 4º. trimestre de 1865, p. 169 – 224.

²⁸ H. Vianna. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812 – 1869)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 73.

²⁹ A do Valle Cabral. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, de 1808 – 1822*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881. Obra que veio a ser complementada pelo trabalho de A Camargo e R. B. de Moraes. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, 2 vols. São Paulo: Edusp / Kosmos, 1993.

Como corolário desta síndrome de inventariar do século XIX tivemos uma série de pesquisas, a maioria coordenada por Alfredo de Carvalho que, em torno das comemorações do primeiro centenário da imprensa no Brasil, em 1908, realizou exaustivos (mas ainda incompletos!) trabalhos enfocando alguns estados brasileiros³⁰.

Não deve passar despercebido, no raiar do século XX, o livro de Barbosa Lima Sobrinho, de caráter ensaístico, pioneiro pelo tom analítico e interpretativo: trata da independência e aborda questões como a modernização dos meios de comunicação impressos ao longo do século XIX, suas linguagens, estilos e mudanças no perfil de redatores e intelectuais, com ênfase para a história da liberdade de imprensa e suas restrições³¹.

A perspectiva do uso da imprensa como detentora das “verdadeiras informações” tornou-se o principal argumento para o relativo abandono que sucederia, no bojo de transformações historiográficas. Seria exaustivo citar as ausências da imprensa nos estudos históricos de tipo sócio-estrutural. Fica como exemplo José Honório Rodrigues que, mesmo privilegiando uma história da política, fez rápido mas significativo comentário, no qual apontava questões de (falta de) veracidade e fidedignidade no uso da imprensa como documento histórico³². Em outras palavras: com a renovação dos estudos históricos e a ênfase numa abordagem que privilegiava o sócio-econômico, a imprensa entrelaçou-se às discussões sobre ideologia e “superestrutura”. Gerando estudos como o de Arnaldo Contier

³⁰ V. por exemplo, “Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil”, publicado no tomo especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. I, 1ª. Parte, 1908.

³¹ A J. Barbosa Lima Sobrinho. *O problema da imprensa*, Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923 {2ª. ed., Edusp, 1988}

³² J. H. Rodrigues *Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica*, 1º. vol., 2ª. ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957, pp. 261 – 263. Entretanto, o mesmo autor viria a estudar os periódicos e folhetos para compreender as posições brasileira e antibrasileira, em *Independência: Revolução e Contra-Revolução. A evolução política*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, pp. 149 – 168.

sobre o discurso ideológico dos periódicos paulistas nos anos 1820-40³³. Ou seja, a imprensa enfocada através da análise de discurso. E ao mesmo tempo a imprensa, de certo modo, passou a ser relegada a uma condição subalterna em determinadas áreas da historiografia, pois serviria para escamotear a verdade ou se constituiria, apenas, num “reflexo” superficial de idéias que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infra-estrutura sócio-econômica.

Tal postura, que podia chegar a entender a imprensa (com certo desdém) como mero “veículo” de idéias e de forças sociais e como “falsificadora do real” acabou, por sua vez, cedendo à subsequente transformação historiográfica.

Entretanto, neste intermédio, isto é, num momento anterior à renovação cultural e política da historiografia mais sensível a partir dos anos 1980, surgiram trabalhos expressivos sobre o tema aqui tratado.

O livro de Helio Vianna se compõe de pesquisa minuciosa, rigorosa e exaustiva sobre a primeira geração da imprensa no Brasil, centrada em estudos de caso entre 1812 e 1869, com ênfase para o período regencial, e que levanta pistas ainda não plenamente seguidas. Assinala-se, porém, ao lado da honestidade criteriosa da pesquisa, seu restrito caráter interpretativo, em geral perpassado de juízos de valor conservadores do autor. Já a obra do jornalista e pesquisador Carlos Rizzini é consulta indispensável, pela pesquisa erudita e valiosa, sobre os “começos” da imprensa no Brasil, englobando periódicos, livros e tipografias³⁴.

³³ A D. Contier *Imprensa e Ideologia em São Paulo 1822/42*, Petrópolis: Vozes, 1979.

³⁴ H. Vianna, op. cit. O mesmo autor realizaria curioso estudo sobre *D. Pedro I jornalista*, São Paulo: Melhoramentos, 1967. C. Rizzini. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil 1500 - 1822*, reimp., São Paulo, 1988 {1946}.

Estudo de inegável caráter pioneiro sobre história da imprensa no Brasil partiu de um historiador marxista e também jornalista, Nelson Werneck Sodré³⁵. Clássico e referência obrigatória, seu trabalho tornou-se o principal que pretendeu abarcar todo o tema. Contém informações, pesquisas úteis e detalhadas, além de considerável e original esforço interpretativo. Ressente-se de lacunas, provenientes das limitações de um trabalho individual diante de assunto tão vasto. No tocante ao período da independência, faz análises sugestivas, desenvolvendo categorias como “imprensa artesanal” e “pasquim”, além de classificar a maior parte dos jornais do período entre “esquerda” e “direita”. Note-se que, ao tratar dos anos 1820-1830, fica a impressão de que o autor não consultou diretamente os jornais em questão, mas citou trechos já selecionados por outros autores. O que não desmerece o caráter inovador de sua obra, ainda hoje largamente citada e consultada.

Tivemos na década de 1970 o ensaio interpretativo de José Marques de Melo: discorre com originalidade sobre as condições do surgimento da imprensa no Brasil, propondo, a partir de abordagem sociológica, análises que se demarcavam de outros autores³⁶. Sem esquecer os trabalhos de Marcelo e Cybelle Ipanema enfocando diferentes aspectos, com base em considerável pesquisa empírica e sistematização, como os referentes à legislação, tipografias e censura³⁷.

A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada como fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também como agente histórico que intervém nos

³⁵ *História da Imprensa no Brasil*. 1ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; 4ª. ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

³⁶ *Sociologia da Imprensa Brasileira*, Petrópolis: Vozes, 1973

³⁷ V. por exemplo M. de Ipanema. *Legislação de Imprensa. Leis de Portugal e Leis de D. João* (primeiro volume) e *Leis do Brasil* (segundo volume), Rio de Janeiro: Aurora, 1949.

processos e episódios, não “reflexo”. Força ativa, não mero registro de acontecimentos³⁸. O que implica, portanto, em verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto.

No tocante à imprensa e independência brasileira, destacam-se pelo menos três estudos mais recentes e que se originaram de trabalhos acadêmicos de historiadoras. Cecília Helena estudou os folhetos de 1820-22, interligando de modo criativo o debate político com as tramas dos interesses sócio-econômicos, através de pesquisa rigorosa e perspectiva de análise coerente. Isabel Lustosa, após intensa leitura dos jornais dos anos 1821-23, trata dos embates entre jornais e seus redatores no Rio de Janeiro. Lucia Bastos analisa o debate político e os folhetos impressos que surgiram no Rio de Janeiro entre 1820 e 1822, pela ótica da cultura política dos idos de 1820 – 1822, aliando pesquisa documental com referências teóricas atualizadas e análises instigantes³⁹.

Alguns estudos sobre a América hispânica podem contribuir para enriquecer a historiografia brasileira. É importante assinalar as pesquisas, interpretações e reflexões do historiador François-Xavier Guerra em torno da imprensa, impressos e opinião pública, tratando das mutações do mundo ibero-americano dos primeiros anos do século XIX. A contribuição repleta de perspectivas deste autor foi a de situar o estudo da imprensa em sua dimensão de pedagogia política e junto às formas de sociabilidade, práticas políticas, à circulação das palavras e vozes nas ruas, estabelecendo ao mesmo tempo relação com o

³⁸ R. Darnton & Daniel Roche (orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França 1775 – 1800*, São Paulo: Edusp, 1996; J-P. Bertaud. Histoire de la presse et Révolution, in *Annales Historiques de la Révolution Française*, n. 285, Paris, juillet - septembre 1991, propõe estudo baseado na gramática e na sintaxe dos textos de época, como expressão de signos políticos.

³⁹ C. H. Salles de Oliveira. *O disfarce do anonimato. O debate político através dos folhetos (1820 – 1822)*, dissertação de Mestrado em História, Universidade de São Paulo, 1979. I. Lustosa, *Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na independência. 1821 – 1823*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2000. L. M. B. Pereira das Neves, *Corcundas e constitucionais – A cultura política da independência (1820 – 1822)*, Rio de Janeiro: Editora Revan / Faperj, 2003.

pensamento político e com as transformações culturais e políticas dos espaços públicos. Tal abordagem construiu-se a partir do diálogo deste autor com as obras de T. Baker, R. Chartier, J. Habermas, M. Agulhon e P. Rosanvallon, entre outros, e também pela leitura de periódicos do período⁴⁰. Ainda no aspecto comparativo com a América espanhola, é interessante citar a história da imprensa peruana escrita por J. Gargurevich que trata de aspectos peculiares das sociedades americanas, como a proximidade entre o impresso e o oral, e também C. Ossandón, que trabalha sobre a transição dos sábios *ilustrados* para os redatores publicistas no Chile, com abordagens sobre os espaços públicos do século XIX⁴¹.

Ao longo de cerca de um século e meio de estudos sobre história da imprensa brasileira, as perspectivas foram variadas. Inventários, fonte fidedigna, falsificadora da verdade, portadora de discursos, protagonista histórica, forma de sociabilidade e prática e cultura políticas. Deste modo, seja pelo viés historicista, passando pela perspectiva sócio-econômica e pela incorporação de dimensões culturais e políticas (além de trabalhos que não se enquadram rigorosamente nestas etapas historiográficas), pode-se dizer que existe uma razoável e heterogênea massa de estudos históricos que, desde o século XIX, trata do tema da imprensa e independência do Brasil.

Apenas 14 anos separam o surgimento da imprensa periódica da proclamação da independência do Brasil. Foram, portanto, quase simultâneos, se considerados numa perspectiva de longa duração – o que confere à história da imprensa brasileira a especificidade de vinculação com a construção de uma ordem nacional. Mas em que medida seria possível considerar este conjunto então reduzido de periódicos (surgidos numa

⁴⁰ F-X Guerra. *Modernidad e independencias*, Madri: Mapfre, 1992 (v. os cap. 7 e 8) e o artigo “Voces del pueblo”: redes de comunicación y orígenes de la opinión publica en el mundo hispánico (1808 – 1814), *Revista de Indias*, Madri: 2002, vol. LXII, n.º 225, pp. 357 – 384.

⁴¹ J. Gargurevich, *Historia de la prensa peruana 1594 – 1990*, Lima: La Voz, 1991. Carlos O Buljevic, *El crepúsculo de los sábios y la irrupción de los publicistas. Prensa y espacio publico en Chile (siglo XIX)*, Santiago: Universidad Arcis, 1998.

cena pública marcada pela tentativa de preservação da união entre Brasil e Portugal como integrantes da mesma monarquia) como pregadores ou preparadores desta separação?

Os leitores mais atentos não têm identificado aspirações nacionais já definidas emergindo previamente através da palavra impressa – e seria mesmo improvável encontrá-las, o que reforça a premissa de que a independência é que precede a nação. Na verdade, a imprensa periódica dos territórios português e brasileiro – inclusive aquela que se identificava com a chamada “causa brasileira” no interior da monarquia lusa – foi protagonista importante da crise que desaguou na separação do Brasil de Portugal, mesmo que não tenha ocorrido uma campanha ou defesa clara da quebra de laços nestes jornais “brasileiros”. No máximo, até setembro de 1822, algumas afirmações dúbias e mais ou menos veladas, que só se tornariam explícitas com a aclamação do príncipe Pedro em imperador, a 12 de outubro.

O papel da imprensa, como agente histórico, foi decisivo para a independência na medida em que significou e ampliou espaços de liberdade de expressão e de debate político, que formaram e interferiram no quadro da separação com Portugal e de início da edificação da ordem nacional. A palavra impressa no próprio território brasileiro era então uma novidade que circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas e constituiu-se em significativo mecanismo de interferência, com suas singularidades, e interligada a outras dimensões daquela sociedade que aliava permanências e mutações.